



# MORA

MUNICÍPIO



## DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2026-2030

Notas Explicativas

## **Índice**

Introdução	3
Enquadramento Macroeconómico	5
Enquadramento Socioeconómico	5
Enquadramento Normativo	6
Eixos Estratégicos	7
Estrutura Funcional das GOP 2026-2030	18
Apresentação Geral Do Orçamento	21
Relatório de Apresentação e Fundamentação da Política Orçamental para 2026-2030	21
Orçamento da receita	22
Orçamento da despesa	24
Principais Normas de Execução do Orçamento 2026-2030	26

## Introdução

Compete ao executivo municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta de orçamento.

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o SNC-AP, não prevê regras específicas para a elaboração do orçamento. Contudo, o artigo 17.º do supracitado Decreto-Lei estabelece a manutenção em vigor do ponto 3.3 do POCAL, relativo às regras previsionais, aplicáveis à elaboração do orçamento para o ano a aprovar, mas não para os anos seguintes.

De acordo com o n.º 46 do ponto 11 da NCP 26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, com alterações posteriores pelos Decretos-Lei n.ºs 85/2016 e 33/2019, as demonstrações orçamentais a elaborar incluem:

- Orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais quatro anos);
- Plano plurianual de investimentos.

Além disso, conforme disposto na alínea e) do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, também devem ser elaboradas as "atividades mais relevantes da gestão".

A elaboração do Orçamento para 2026 reflete um compromisso com a democracia participativa. Assim, foram ouvidos os representantes do PS, as Juntas de Freguesia e resultado das propostas constantes no Programa eleitoral da CDU apresentado à população. Os vários milhões de euros negociados no âmbito do Portugal 2030 serão empregues pelo município ao longo do mandato. Em algumas áreas carecem de projetos para execução havendo no entanto um valor significativo a receber decorrente da reprogramação do Programa e no que diz respeito à Oficina da Criança. população, assegurando que os contributos de todos foram analisados e, sempre que possível, integrados. Este processo de diálogo visa reforçar a legitimidade das opções tomadas e garantir que estas refletem as reais necessidades e anseios do Concelho.

O orçamento para 2026 foi elaborado no respeito pelos princípios de gestão autárquica que valorizam equilíbrio, transparência, rigor e sustentabilidade.

Estamos convictos de que este documento reflete as prioridades do concelho de Mora e nos permitirá enfrentar os desafios com a determinação necessária para continuar a construir um futuro melhor para todos.

## Enquadramento Macroeconómico

A descentralização de competências confirma-se que não é mais do que uma transferência de encargos para o município. As verbas transferidas pelo Governo nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social são manifestamente insuficientes, o que diminui drasticamente a capacidade de investimento municipal.

A Lei das Finanças Locais necessita urgentemente de ser revista. As verbas que chegam aos Municípios provenientes do Orçamento de Estado são claramente insuficientes para que o Município possa responder convenientemente aos legítimos anseios da população.

## Enquadramento Socioeconómico

O concelho de Mora, situado no distrito de Évora, apresenta um quadro socioeconómico marcado por fortes dinâmicas de despovoamento e envelhecimento, características comuns ao interior rural português, mas particularmente acentuadas neste território. De acordo com os Censos 2021, Mora passou de quase cinco mil habitantes em 2011 para pouco mais de quatro mil em 2021. Esta redução significativa coloca o concelho entre os que mais população perderam no Alentejo Central. A estrutura etária evidencia igualmente um acentuado envelhecimento, com diminuição progressiva dos grupos mais jovens e aumento relativo da população idosa, resultado da baixa natalidade, saída de jovens para centros urbanos e maior longevidade.

No plano económico, Mora apresenta uma estrutura produtiva assente sobretudo no setor primário, nomeadamente na agricultura e atividades agropecuárias, complementada por um setor de serviços de pequena escala e por alguma indústria leve e construção. As remunerações médias situam-se abaixo da média nacional, um padrão típico dos territórios rurais do interior.

Ao nível da habitação e dos agregados familiares, observa-se a tendência nacional de diminuição do tamanho das famílias e o aumento de edifícios devolutos ou de uso sazonal, resultado direto do despovoamento e do envelhecimento. Estas dinâmicas colocam desafios adicionais à

sustentabilidade do concelho, tanto ao nível da prestação de serviços públicos como no equilíbrio social e económico.

## Enquadramento Normativo

De acordo com as normas previstas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos os documentos previsionais que integram obrigatoriamente as Grandes Opções do Plano 2025-2029 e o Orçamento do Município 2025-2029.

### **Os documentos previsionais para 2026-2030 integram:**

1. As Grandes Opções do Plano 2026-2030 (GOP's);
2. O Plano Plurianual de Investimentos 2026-2030 (PPI);
3. O Plano das atividades mais relevantes ou Plano de Atividades 2026-2030 (PA): este documento, apesar de não ser obrigatório por lei é um importante instrumento de apresentação de ações e projetos não incluídos no PPI;
4. O Orçamento Plurianual 2026-2030;
5. O Relatório de apresentação e fundamentação da política orçamental para o período de 2026-2030;
6. As principais normas de execução do Orçamento para 2026-2030;
7. O Mapa de Pessoal para 2026.

O OM passa a ser plurianual, de acordo com o SNC-AP, incluindo os seguintes Mapas:

1. Orçamento e Plano Orçamental Plurianual (mapas resumos; mapas por orgânica e económica; mapas por orgânica; mapas por económica)
2. Mapa de encargos anuais a satisfazer com a liquidação de empréstimos.

## Eixos Estratégicos

### EDUCAÇÃO

A rubrica orçamental da Educação constitui uma área de ação e intervenção fundamental da Câmara Municipal. Esta foca-se na gestão das infraestruturas escolares, no apoio direto aos alunos e famílias, e no combate ao insucesso escolar.

A Educação divide-se em três eixos principais:

#### 1. Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo

O Município garante os Serviços de Apoio à Família, que incluem as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e a Componente de Apoio à Família (CAF). São também asseguradas as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Para apoiar diretamente os estudantes, o orçamento prevê verbas para a Ação Social Escolar destinada aos alunos do 1.º ciclo. Os investimentos incluem a aquisição de Material de Educação, Cultura e Recreio.

#### 2. Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Secundário

Para os alunos destes ciclos, a rubrica prevê a dotação para Ação Social Escolar e a cobertura dos custos com Transportes Escolares.

#### 3. Atribuições Comuns e Infraestruturas

Os investimentos comuns a todos os níveis de ensino incluem o suporte às Cantinas Escolares, o que abrange a aquisição de géneros para confeccionar a alimentação e produtos de Limpeza e Higiene. Estão igualmente previstos recursos para a aquisição de equipamento para as cantinas escolares e a aquisição de mobiliário e equipamento escolar.

No que toca às infraestruturas, o orçamento contempla também a construção, conservação, manutenção e requalificação dos edifícios escolares.

Adicionalmente, esta rubrica suporta a distribuição de Cadernos Escolares a todos os níveis de ensino e o Apoio às atividades letivas e não letivas.

#### 4. Apoio ao Sucesso Escolar e Premiação



O Município prevê o investimento no Projeto de Promoção do Sucesso Escolar – Projeto Ação CIMAC. No Orçamento Municipal é ainda reservada uma dotação para a Receção à Comunidade Educativa. A excelência é premiada através do apoio a iniciativas como o Prémio Jovem Cientista.

Em suma, a área de Educação assegura tanto o funcionamento diário das escolas, quanto a modernização das instalações e a promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos.

### **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

Esta é uma área de intervenção bastante abrangente direcionada, principalmente, para a promoção da qualidade de vida, o fomento da prática desportiva e a dinamização cultural e recreativa para todas as faixas etárias.

No plano cultural, a dotação prevê a promoção e dinamização da ação cultural, apoiando a organização de grandes eventos anuais e iniciativas pontuais. Estão previstos apoios para a realização de eventos culturais e para a organização de comemorações cívicas importantes, como são exemplo o Dia da Criança, Dia Internacional da Mulher ou as comemorações do aniversário do 25 de Abril.

A autarquia mantém o investimento na formação artística através da manutenção da Escola Municipal de Artes, que oferece ensino em diversas modalidades como Dança, Música e Teatro, culminando cada ano letivo com a organização de espetáculos finais.

Esta área de intervenção inclui ainda a aquisição de livros para a Biblioteca Municipal, bem como a manutenção dos serviços que esta disponibiliza. O património é também valorizado com dotações destinadas ao apoio, por exemplo, à retoma das escavações arqueológicas.

No âmbito desportivo, o orçamento destina-se a apoiar a prática desportiva, quer através de programas de lazer, quer na organização de provas e prémios desportivos, incluindo Prova de Águas Abertas e Torneios. O apoio à Escola Municipal de Natação é uma medida estratégica que promove ativamente a prática desportiva, em particular, apoiar a prática da natação para os jovens do concelho. Estas ações elevam a qualidade de vida dos munícipes ao disponibilizar oportunidades educativas e de lazer estruturadas, fomentando tanto a expressão artística como a atividade física.



Uma parte significativa dos recursos é canalizada para a construção, conservação e requalificação de equipamentos, o que inclui: a conservação das Piscinas Municipais, a requalificação e manutenção dos espaços polidesportivos municipais e dos Parques Infantis, a reparação e requalificação de um Pavilhão Municipal (nomeadamente cobertura e sistema de águas quentes), projetos para desenvolver infraestruturas como um Parque Aquático, a criação de um Ginásio Municipal, e o arrelvamento do Campo de Futebol de Brotas.

A autarquia também apoia a prática desportiva dos trabalhadores através de dotações para a atividade do seu Grupo Desportivo.

Relativamente à promoção e ocupação dos Tempo Livres, o Orçamento Municipal continua a assegurar programas como os Jovens + Ativos e o OTL, cuja realização acontece especialmente nas pausas letivas, salvaguardando a ocupação das crianças e jovens do Concelho com atividades de carácter gratuito. A dinamização social e juvenil é garantida através da organização de eventos como o Festival da Juventude “To Mora Land”.

O Apoio ao Associativismo é essencial para sustentar a atividade desenvolvida pelas associações do Município, reforçando a coesão social.

A presente rubrica é essencial para o investimento na programação de atividades e eventos que estimulam a participação e interação social e o bem-estar dos munícipes em geral.

## **AÇÃO SOCIAL**

A rubrica orçamental da Ação Social reflete a preocupação do Município na promoção da inclusão, no apoio às diferentes faixas etárias e na mitigação das carências sociais, sendo uma área de intervenção e ação definida no planeamento municipal.

A Câmara Municipal apoia a população sénior através de diversas iniciativas, como o Cartão Municipal do Idoso, que prevê um conjunto de benefícios dos quais podemos destacar o apoio na aquisição de medicamentos prescritos. É também promovida a dinamização social desta faixa etária através da Universidade Sénior, que inclui um programa regular de disciplinas relacionadas com várias áreas e eventos como o Encontro de Tunas, o Desfile de Marchas e o Passeio de final de ano. Adicionalmente, é celebrado o Mês do Idoso e é mantido o projeto "Aqui Mora um Coração com História".

No que respeita aos jovens, a rubrica abrange o Apoio à Natalidade e a atribuição de Bolsas de Estudo e Bolsas de Mérito. Esta inclui também o Programa de Apoio aos Jovens Desempregados e a disponibilização do Cartão Municipal Jovem. A rubrica suporta também a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a Participação nas Consultas Pediátricas até ao primeiro ano de vida.

O Orçamento Municipal prevê o apoio a pessoas com deficiência, através do estabelecimento de protocolos de colaboração com entidades de apoio à atividade social. Para a intervenção social está previsto também o financiamento do Radar Social, assim como a manutenção dos serviços prestados pela Oficina Domiciliária junto da comunidade.

Resumindo, a Ação Social visa combater a exclusão, apoiar o ciclo de vida dos munícipes - desde a natalidade à terceira idade - e dinamizar a comunidade através de programas e equipamentos sociais.

## **SAÚDE**

Esta rubrica orçamental reflete o investimento da autarquia na manutenção e na melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde e no apoio à comunidade.

Estão assim previstas, nomeadamente, dotações para a melhoria das instalações do Posto Médico de Brotas; apoio à fixação de Médicos no Concelho, assim como para resposta a emergências de saúde; para promover a saúde preventiva na comunidade, é contemplado o apoio a Rastreios de Saúde.

Adicionalmente, no âmbito da descentralização de competências da área da Saúde, o Município aloca recursos para cobrir custos operacionais, nomeadamente com a limpeza e higiene, seguros diversos e outros serviços. Como mencionado anteriormente, a Câmara Municipal também apoia a comunidade jovem através da participação nas Consultas Pediátricas até ao primeiro ano de vida.

Assim, a rubrica de Saúde visa garantir a manutenção e melhoria das instalações médicas, a atração de profissionais de saúde e o financiamento de programas de prevenção e resposta a emergências.

## **HABITAÇÃO E URBANISMO**

Habituação e Urbanismo engloba as políticas e intervenções municipais direcionadas para o desenvolvimento do território, a gestão urbanística e a garantia de condições de habitabilidade para os munícipes, sendo a Habitação uma das áreas de ação/intervenção definidas pela Câmara Municipal.

Sobre a Habitação, especificamente, a autarquia continua a dedicar recursos ao Programa de Recuperação de Habitações Degradadas. O Orçamento Municipal prevê, igualmente, ações para a aquisição de terrenos e para o desenvolvimento de infraestruturas como as do novo Loteamento Municipal em Mora e adequação de projetos evolutivos; a Intervenção Urbanística em zonas específicas, como a Requalificação de Zona de Acesso a Moradias no Vale Flores; a Requalificação do Parque Urbano de Cabeção e a Requalificação de outras zonas urbanas no Concelho; a Ampliação da rede de Iluminação Pública do Concelho.

Esta rubrica e toda a ação/intervenção nela previstas influenciam diretamente a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável do território. É preocupação da autarquia responder às necessidades habitacionais das famílias, bem como promover o acesso a soluções dignas, acessíveis e adequadas aos diferentes perfis socioeconómicos. Na mesma medida em que se pretende contribuir para reduzir as desigualdades, revitalizar áreas degradadas e fortalecer a coesão social.

## **AMBIENTE**

A vertente ambiental desempenha um papel essencial na atividade de uma Câmara Municipal, pois está diretamente ligada ao bem-estar da população, à preservação dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável do território.

A Câmara Municipal é responsável por gerir múltiplos aspetos ambientais: desde a manutenção de espaços verdes urbanos, à gestão de resíduos, ao controlo da poluição, à proteção de recursos hídricos e à promoção da eficiência energética, o controlo de pragas, e inclui Ações de Sensibilização e fomento da Educação Ambiental. Estas áreas não só influenciam a saúde pública, como também o conforto urbano.

Assim, em Orçamento Municipal estão previstas ações como o reforço de equipamentos de higiene e limpeza, a instalação de compostores para resíduos orgânicos, a construção dos Ecocentros de Brotas e de Pavia e remodelação do Ecocentro de Cabeção e, também, a manutenção e intervenção em zonas verdes.

O orçamento para os Espaços Verdes e Zonas de Lazer, embora inclua intervenções específicas de requalificação (como a de Malarranha), faz parte de uma estratégia municipal abrangente que prioriza a qualidade de vida, o ambiente e o turismo. Ao melhorar e manter estes espaços, o município assegura que os habitantes e visitantes têm acesso a áreas de relaxamento e recreio agradáveis e saudáveis, contribuindo para o bem-estar e o potencial turístico da região.

## **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO**

A área do Desenvolvimento Económico visa a dinamização e o desenvolvimento da economia local. Dentro desta rubrica está previsto o investimento na organização de eventos que visam impulsionar a economia e o turismo local. Entenda-se: ExpoMora, MoraPesca, Mostra Gastronómica da Caça, Mês das Migas, Prova do Vinho Novo de Talha de Cabeção. Por outro lado, direcionado para esta rubrica orçamental, a autarquia prevê também o alargamento da Zona Industrial de Mora e a implementação do Núcleo Empresarial do Município de Mora (NEMO). Duas ações que pretendem melhorar as condições para a fixação de empresas.

Dentro do Abastecimento Público, o foco é a garantia na garantia de abastecimentos e tratamento da água na esfera municipal, qualidade e a manutenção das infraestruturas, com alocação de recursos para o controle da qualidade da água e para a renovação de equipamentos nas Estações de Tratamento de Água (ETA's).

## **GESTÃO PATRIMONIAL E DE PESSOAL**

A presente rubrica orçamental inclui o investimento nas infraestruturas municipais - construção, conservação e manutenção de edifícios - assim como as aquisições e reparações de equipamento operacional, informático, mobiliário e material de escritório, visando a melhoria das condições de trabalho para todos os trabalhadores do município.

Um dos projetos específicos dentro desta rubrica é o apetrechamento do recém requalificado edifício que albergará os serviços da Oficina da Criança, o que lhe conferirá todas as condições para as funções a que se destina.

A gestão de pessoal e a sua capacitação são asseguradas através de dotações quer para a Higiene e Segurança no Trabalho, que abrange, nomeadamente, vestuário, quer para a formação profissional dos trabalhadores.

## **INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E MODERNIZAÇÃO**

Inovação, Competitividade e Modernização são três pilares importantes, que alinhados com as necessidades da comunidade, contribuem para alavancar o financiamento externo através de projetos comunitários e impulsionar a modernização tecnológica e energética dos equipamentos municipais e, consequentemente, do Concelho.

Dentro dos projetos comunitários e parcerias está suportada a participação e execução de projetos financiados por fundos comunitários candidatados pela autarquia, onde está incluído, por exemplo, o Projeto Revive – Fluviário, e projetos comuns com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC).

A rubrica "Comunicação e Imagem" tem como finalidade a promoção do concelho e a gestão da comunicação institucional. Suporta a Promoção do Concelho em meios de Comunicação Social e a aquisição de material de merchandising e prémios/ofertas para eventos. Esta área é essencial para gerir a imagem territorial, atrair investimento e turismo, e manter os munícipes informados sobre a vida do concelho.

## **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

A rubrica Comunicações e Transportes foca-se em garantir a qualidade e segurança da infraestrutura rodoviária, bem como a modernização dos serviços de transporte e comunicações no concelho. Esta é uma área de ação vital para a mobilidade quotidiana dos munícipes e para a facilidade de circulação dos visitantes.

1. Rede Viária e Segurança: O investimento visa a manutenção e requalificação das vias de comunicação. Isto inclui a pavimentação e reparação de pequenos troços em todas as localidades do Concelho e a reparação da rede viária municipal em geral. A segurança rodoviária é reforçada com dotações para a sinalização horizontal e sinalização diversa. Medidas específicas como a Requalificação da Avenida do Fluviário e a Requalificação do espaço entre a Avenida do Fluviário e a Zona Norte da Rua 5 de Outubro em Mora são cruciais para melhorar a circulação em zonas urbanas nevrálgicas.

2. Mobilidade: Para facilitar a circulação e o acesso, o município prevê projetos para a criação de zonas de estacionamento. Em linha com a mobilidade sustentável, há dotações para a Instalação de carregadores para veículos elétricos. A rubrica cobre despesas relacionadas com o movimento de pessoas e bens,

incluindo a dotação para a Carreira Municipal, apesar de os pagamentos à TPAC serem geridos pela CIMAC.

3. Telecomunicações: A modernização do concelho passa pelo Reforço das Telecomunicações do Concelho, um serviço fundamental tanto para os residentes como para garantir a conectividade dos negócios e serviços que apoiam os visitantes. Tudo será feito para melhorar os serviços digitais na Malarranha.

### **APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA**

A rubrica Apoio às Juntas de Freguesia é fundamental para assegurar o suporte financeiro e operacional às Juntas do concelho (Brotas, Cabeção, Mora e Pavia), permitindo que estas executem as suas responsabilidades e promovam o desenvolvimento local.

1. Transferência e Delegação de Competências: Esta área cobre os custos operacionais das responsabilidades delegadas, através de Delegação de Competências, Autos de Transferência e Contratos Interadministrativos. Isto garante que as Juntas de Freguesia têm o suporte financeiro necessário para executar as competências transferidas.

2. Apoio a Obras e Iniciativas: O município estabelece Contratos-programa com as Juntas de Freguesia especificamente para a execução de Obras e Equipamentos, e são previstas verbas para o Apoio a iniciativas desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, permitindo que desenvolvam projetos e obras locais essenciais para a qualidade de vida nas suas áreas de jurisdição.

### **OUTROS ENCARGOS LEGAIS E FINANCEIROS**

Esta rubrica é essencialmente uma ferramenta de gestão financeira, destinada a gerir as obrigações legais e financeiras do município, garantindo que a autarquia honre os seus compromissos, nomeadamente no serviço da dívida. As componentes principais incluem a Amortização de Empréstimos de médio e longo prazo, e os Encargos com locações financeiras.

### **PLANEAMENTO, PROJETOS E ASSESSORIAS**

A rubrica Planeamento, Projetos e Assessorias, é dedicada à contratação de serviços técnicos especializados e de consultadoria externa. O objetivo principal é garantir que o município obtenha o apoio técnico e intelectual especializado necessário para o desenvolvimento estratégico e a gestão dos projetos.

## **PROTEÇÃO CIVIL E FORÇAS DE SEGURANÇA**

Esta rubrica é dedicada à segurança da população e dos bens, à prevenção de riscos e ao suporte às entidades de emergência. O foco é garantir a prontidão e a capacidade de resposta face a acidentes ou catástrofes.

1. Proteção Civil: O município investe em meios materiais e humanos para o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC). O investimento inclui o financiamento de duas Equipas de Intervenção Permanente (EIP) e a Aquisição de Veículo 4x4 para o SMPC. É assegurado o atendimento permanente e a implementação de Medidas de Autoproteção dos Edifícios Públicos. O trabalho da Proteção Civil é ainda complementado pelo Gabinete Técnico Florestal, pela Comissão Municipal de Emergência e pelo Plano Municipal de Emergência.

2. Apoio a Entidades e Forças de Segurança: O município canaliza apoio financeiro para as instituições cruciais na manutenção da ordem e na resposta a emergências. Isto inclui o apoio financeiro aos Bombeiros, abrangendo o pagamento de seguros dos Bombeiros e do parque automóvel, dotações para a Aquisição de VLFCI (Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios). Prevê-se também a Requalificação do Posto da GNR, reforçando o investimento nas instalações das forças de segurança.

## **TURISMO**

A abordagem orçamental municipal para o Turismo é multifacetada e crucial para a valorização da região. Está estruturada em três eixos principais. Um dos eixos foca-se nas Infraestruturas Turísticas e de Apoio, investindo na requalificação de elementos cruciais para o visitante, como a remodelação do Parque Ecológico do Gameiro.

O segundo eixo é a Promoção e Divulgação, que utiliza esforços orçamentais significativos para o marketing da imagem local. Esta promoção inclui a valorização de elementos identitários e rotas reconhecidas, como a Rota da Estrada Nacional nº 2, e o reconhecimento do Vinho da Talha como Património da Humanidade.



O terceiro eixo e maior foco reside na manutenção e operacionalização dos grandes equipamentos museológicos, nomeadamente o Fluviário de Mora e o Museu Interativo do Megalitismo. O financiamento assegura a manutenção e aquisição de materiais para estes museus, a biologia do Fluviário, a compra de merchandising, e a dinamização destes espaços através de eventos e exposições. A operacionalização destes pontos de interesse, que inclui serviços de vigilância, segurança e limpeza, é fundamental para atrair visitantes e garantir uma experiência positiva.

Este investimento é complementado por uma forte aposta na promoção económica através de eventos anuais de grande escala, como a ExpoMora e a Mora Pesca, e eventos gastronómicos que valorizam os sabores regionais, como a Mostra Gastronómica da Caça e o Mês das Migas. Estas iniciativas não só atraem visitantes, dinamizando o turismo, como também impulsionam a restauração e a economia local.

A rubrica "Percursos do Concelho de Mora" dedica-se ao desenvolvimento e valorização do território através da criação de infraestruturas de lazer e caminhada. O investimento foca-se na criação de trilhos e caminhos pedestres, com destaque para a iniciativa de criar a Ecopista na Variante de Cabeção.

Esta expansão da rede de percursos é vital, pois potencia o setor do turismo, complementando as ofertas já existentes, como o Passadiço do Gameiro. Ao promover o contacto com a natureza e o património do concelho, estas infraestruturas elevam a qualidade de vida dos munícipes e a atratividade da região para os visitantes.

### **MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

A rubrica da Modernização Administrativa visa a evolução tecnológica e operacional da autarquia, com o foco na melhoria dos serviços prestados aos munícipes através de ferramentas e infraestruturas digitais. Isto inclui a manutenção da Rede Wi-Fi, a gestão do parque informático, a aquisição de Equipamento de Informática e despesas com Serviços Digitais e licenças. Em resumo, este investimento em equipamento básico e infraestrutura tecnológica garante um funcionamento moderno e eficiente da administração municipal, o que se traduz em maior celeridade e qualidade no apoio aos cidadãos.

### **PROTEÇÃO ANIMAL E VETERINÁRIA**

A rubrica de "Proteção Animal e Veterinária" foca-se na saúde e bem-estar dos animais, inserida nos Serviços Veterinários municipais. Os investimentos concentram-se na melhoria das infraestruturas (construção e/ou melhoria do Canil Municipal) e na aquisição de equipamento veterinário. O objetivo é garantir o funcionamento dos serviços essenciais de veterinária e a manutenção de infraestruturas adequadas, contribuindo para a saúde pública e para o bem-estar animal no concelho.

### **DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

Esta rubrica é crucial para gerir os encargos e atividades transferidas do governo central para o município. Garante o financiamento das responsabilidades transferidas nos domínios da Educação (limpeza e higiene), Saúde (locação de edifícios, seguros) e Ação Social. Na Ação Social, prevê-se o apoio através de transferências para instituições sem fins lucrativos e para o Fundo Social de Emergência. Este financiamento assegura que o município possa executar funções essenciais que impactam diretamente a vida dos cidadãos nestes setores vitais.

### **INTEMPÉRIES**

A rubrica "Intempéries" é dedicada à resolução e mitigação dos danos causados por eventos climáticos extremos. O seu objetivo principal é a resolução dos danos provocados pelas intempéries, como, por exemplo, a intervenção na Ponte do Paço. Esta dotação é fundamental, pois garante que o município tem recursos para responder rapidamente a situações de emergência, realizando as obras de reparação necessárias em infraestruturas danificadas, assegurando a reposição da normalidade e a segurança da população. A gestão destas situações está alinhada com as ações de Proteção Civil e Segurança do município.

## Estrutura Funcional das GOP 2026-2030

A estrutura funcional das Opções do Plano 2026-2030, é a seguinte:

1. Educação
  - a) Ensino Pré-escolar e do 1º ciclo
  - b) Ensino Básico do 2º, 3º Ciclo e Secundário
  - c) Atribuições Comuns
2. Cultura, Desporto e Tempos Livres
  - a) Cultura
  - b) Desporto
3. Ação Social
  - a) Reformados
  - b) Promoção da Inclusão
  - c) Infância e Juventude
  - d) Carreira Municipal
  - e) Outros Projetos Sociais
4. Saúde
  - a) Apoios diversos
5. Habitação e Urbanismo
  - a) Habitação
  - b) Urbanização
  - c) Requalificação urbana
6. Ambiente
  - a) Saneamento
  - b) Resíduos Sólidos e Higiene Pública
  - c) Paisagismo
7. Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público
  - a) Sistema de Abastecimento de Água
  - b) Promoção Económica do Concelho
8. Gestão Patrimonial e de Pessoal
  - a) Instalações Municipais
  - b) Equipamento
  - c) Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
  - d) Formação Profissional
9. Inovação, Competitividade e Modernização
  - a) Projetos comunitários
  - b) Informação, Comunicação e Imagem

10. Comunicações e Transportes
  - a) Rede Viária
  - b) Sinalização
  - c) Rede de Telecomunicações
11. Apoio às Juntas de Freguesia
  - a) Apoio às Juntas de Freguesia
  - b) Transferência e delegação de competências nas Juntas de Freguesia
12. Outros Encargos Legais e Financeiros
  - a) Amortizações de Empréstimos
  - b) Locações financeiras
13. Planeamento, Projetos e Assessorias
  - a) Consultoria, Auditorias e Projetos
14. Proteção Civil e Forças de Segurança
  - a) Proteção Civil e Forças de Segurança
15. Atividades Culturais e Desportivas
  - a) Eventos Culturais e Atividades Desportivas
16. Espaços Verdes e Zonas de Lazer
  - a) Construção e Requalificação de Espaços Verdes e Zonas de Lazer
17. Turismo
  - a) Aquisição, construção e requalificação de infraestruturas turísticas e de apoio ao turismo
  - b) Promoção e divulgação turística
  - c) Equipamentos museológicos
18. Acessibilidades e mobilidade
19. Percursos do Concelho de Mora
20. Modernização Administrativa
21. Desporto, cultura e outras atividades cívicas e religiosas
  - a) Desporto, recreio e lazer
  - b) Arte, cultura e tradição para todos
  - c) Outras atividades cívicas e religiosas
  - d) Construção e requalificação de equipamentos culturais e desportivos
  - e) Apoio ao Associativismo
22. Segurança rodoviária, mobilidade e transportes
  - a) Segurança rodoviária, mobilidade e transportes
23. Juventude e tempos livres
  - a) Juventude e tempos livres
24. Proteção Animal e veterinária
  - a) Proteção Animal e Veterinária

- 25. Ambiente, Energia, Água e Saneamento
  - a) Ambiente, energia, água e saneamento
- 26. Comunicação e Imagem
  - a) Comunicação e Imagem
- 27. Processos de Certificação e Selos
  - a) Processos de Certificação e Selos
- 28. Descentralização de Competências
  - a) Descentralização de Competências
- 29. Intempéries
  - a) Resolução dos danos causados pelas intempéries.

## Apresentação Geral Do Orçamento

A proposta de orçamento do Município de Mora, para o ano de 2026 teve em conta o contexto macroeconómico do país, bem como as prioridades do executivo.

Nesse sentido preparou-se o Orçamento do Município para o ano 2026 com uma dotação global da receita de **12.101.900,00 €** e da despesa de **12.091.900,00€**

Em termos globais, o orçamento apresenta praticamente o mesmo valor do orçamento inicial do ano anterior.

## Relatório de Apresentação e Fundamentação da Política Orçamental para 2026-2030

O Orçamento é uma previsão dos recebimentos e dos pagamentos, que pressupõe a autorização pelo órgão competente, a Assembleia Municipal, para que o Executivo possa arrecadar as receitas e assumir compromissos até aos montantes estabelecidos no Orçamento e em conformidade com o preceituado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

O Orçamento Municipal é estruturado com base no classificador económico das despesas e das receitas, de acordo com a NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação.

Na elaboração da proposta orçamental foram tidos em conta os princípios orçamentais do SNC-AP, bem como as regras previsionais legalmente definidas. Foi ainda tido em conta o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).

A Proposta de Orçamento para 2026-2030 compreende, para além dos encargos resultantes das Grandes Opções do Plano, todos os encargos plurianuais os resultantes de funcionamento e gestão corrente do Município.

O quadro seguinte resume a proposta de Orçamento Municipal para 2060-2030:

Designação	2026	2027	2028	2029	2030
Receitas correntes	10.095.100,00	10.137.418,00	10.190.737,63	10.246.925,70	10.389.996,20
Receitas de capital	2.006.800,00	1.982.011,00	1.982.248,00	1.982.489,00	1.982.736,00
<b>Total</b>	<b>12.101.900,00</b>	<b>12.119.429,00</b>	<b>12.172.985,63</b>	<b>12.229.414,70</b>	<b>12.372.732,20</b>
Despesas correntes	10.005.100,00	10.028.850,00	10.042.850,00	9.921.850,00	10.053.950,00
5000Despesas de capital	1.996.800,00	1.911.650,00	1.131.600,00	711.600,00	711.600,00
Despesa não efetiva	90.000,00	95.000,00			
<b>Total</b>	<b>12.091.900,00</b>	<b>12.035.500,00</b>	<b>11.174.450,00</b>	<b>10.633.450,00</b>	<b>10.765.550,00</b>

O orçamento municipal para 2026-2030 cumpre a regra de equilíbrio corrente (Receitas Correntes têm de ser iguais ou superiores às Despesas Correntes mais as amortizações de empréstimos)

## Orçamento da receita

As receitas são classificadas, orçamentalmente, segundo a ótica económica, por receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. As receitas correntes são as que se repercutem no património não duradouro da autarquia e são provenientes de rendimentos no período orçamental, quer pelo aumento do ativo financeiro, quer pela redução do património não duradouro, esgotando-se o processo da sua cobrança dentro do período financeiro anual. Designam-se por receitas de capital as receitas arrecadadas pela autarquia que alteram o seu património duradouro, porque aumentam o ativo e passivo de médio e longo prazo ou reduzem o património duradouro da autarquia.

As receitas correntes agrupam-se em: impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes. Por sua vez, as receitas de capital agregam: venda de bens de investimento e transferências de capital.

A par das regras previsionais, surgem princípios de bom senso e de prudência. A observância das regras previsionais efetua-se através da utilização de dois métodos tradicionais para a previsão das receitas: média aritmética dos últimos 24 meses e a avaliação direta. Foram ambos considerados.



A receita prevista para o ano de 2026 totaliza 12.101.900,00€, das quais 10.095.100,00€ constituem receitas correntes e 2.006.800,00€ são receitas de capital.

Aplicadas as regras previsionais anteriormente referidas apuraram-se os seguintes valores previsionais para 2025.

<b>RECEITA ORÇADA</b>	
<b>Designação</b>	<b>Valor (€)</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>10.095.100,00</b>
Impostos diretos	948.259,00
Taxas, multas e outras penalidades	55.084,00
Rendimentos de propriedade	785,00
Transferências correntes	7.558.916,00
Venda de bens e serviços correntes	1.333.313,00
Outras receitas correntes	198.743,00
<b>Receitas de capital</b>	<b>2.006.800,00</b>
Venda de bens de investimento	11.850,00
Transferências de capital	1.994.930,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	
<b>Outras receitas</b>	<b>20,00</b>
<b>Total</b>	<b>12.101.900,00</b>

No conjunto das receitas municipais merecem especial relevância as receitas correntes.

No que diz respeito às receitas correntes é possível constatar que as transferências correntes representam as principais fontes de financiamento.

As transferências correntes contemplam os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objeto seja a aplicação em despesas correntes.

No essencial, o grupo das transferências correntes contempla as verbas do Orçamento de Estado, sem qualquer contrapartida, e que se destinam ao financiamento de despesas correntes designadamente as correspondentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação no IRS, Participação na Receita do IVA (RFALEI) e ao artigo 35.º, n.º 5 da Lei 73/2013.

No que diz respeito às receitas de capital, assume maior relevância o grupo das transferências de capital que ascende a 1.994.930,00€.

## Orçamento da despesa

A realização das despesas tem como princípio fundamental e no âmbito das atribuições conferidas às autarquias locais, a afetação dos recursos ao desenvolvimento de atividades para satisfazer as necessidades da população local, de acordo com as ações e projetos previstos e justificados na primeira parte deste relatório.

As despesas são classificadas, orçamentalmente, segundo o trinómio: funcional, orgânica e económica.

No que diz respeito à classificação orgânica, a estrutura é composta da seguinte forma:

01 – Administração Municipal

0101 – Assembleia Municipal

0102 – Câmara Municipal e Serviços Municipais

0103 – Operações Financeiras

Segundo a classificação económica das despesas, estas podem ser correntes ou de capital. As despesas correntes são todas as que revelam carácter permanente e afetam a património não duradouro, determinando a redução do ativo líquido (despesas de funcionamento, transferências e subsídios). As despesas de capital são todas as que alteram o património duradouro da autarquia, determinando o seu crescimento na medida em que contribuem para a formação de capital fixo e para o bem-estar coletivo (investimento e transferências).

O orçamento inicial da despesa proposto para 2026 totaliza o montante de 12.091.900,00€, sendo que 10.005.100,00€ correspondem a despesas correntes 1.996.800,00 € correspondem a despesas de capital e 90.000,00€ de despesa não efetiva.

De acordo com a classificação económica os valores previsionais da despesa para 2026 são os seguintes:

DESPEZA ORÇADA	
Designação	Valor (€)
<b>Despesas correntes</b>	<b>10.005.100,00</b>
Despesas com o pessoal	5.005.000,00
Aquisição de bens e serviços correntes	4.348.800,00
Juros e outros encargos	31.200,00

<b>DESPESA ORÇADA</b>	
<b>Designação</b>	<b>Valor (€)</b>
Transferências correntes	386.500,00
Outras despesas correntes	233.600,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.996.800,00</b>
Aquisição de bens de capital	1.941.300,00
Transferências de capital	55.500,00
<b>Despesa não efetiva</b>	<b>90.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>12.091.900,00</b>

## **Principais Normas de Execução do Orçamento 2026-2030**

### **Capítulo I**

#### **Âmbito e Conceitos Gerais**

##### **Artigo 1.º**

###### **Definição e objeto**

1. As normas constantes do presente documento estabelecem regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais - RFALEI), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 agosto (Código dos Contratos Públicos – CCP), todos eles nas versões atualizadas, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município de Mora no ano de 2026, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

2. São tidas em conta as normas estabelecidas no Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP, integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, entra em vigor em 1 de janeiro de 2021.

##### **Artigo 2.º**

###### **Utilização das dotações orçamentais**

1. De acordo com o estabelecido nas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, desde 2018, dado que o município cumpre as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de

3 de setembro, na sua redação atual, pode, a partir do momento em que comunique à DGAL, ficar dispensado do envio do mapa dos fundos disponíveis, através da plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL, mantendo-se a obrigatoriedade de reporte dos pagamentos em atraso, determinado no nº 5 do artigo 82º, ficando excluído do cumprimento da Lei 8/2012.

2.Se, e enquanto o município o não deliberar, em que o município estiver vinculado à LCPA a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis, previstos ao abrigo do disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

3.Após, a possível determinação do referido nos pontos anteriores a utilização das dotações orçamentais fica dependente do não crescimento dos pagamentos em atraso e do objetivo de proceder a todos os pagamentos dentro do prazo.

### **Artigo 3.º**

#### **Execução orçamental**

1.Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.

2.A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro e ao controlo da evolução do endividamento e dos pagamentos em atraso, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

a)Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano anterior, ou anteriores, que tenham fatura ou documento equivalente associados e não se encontrem pagos (dívida transitada);

b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano anterior sem fatura associada;

c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para o ano em curso;

d) Registo dos compromissos com carácter permanente, que não tenham sido registados no âmbito das alíneas anteriores.

3. A descativação e a utilização total ou parcial das verbas cativas serão da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, podendo ocorrer por conta de outras cativações quando estas não afetem necessidades fundamentais ou compromissos assumidos.

#### **Artigo 4.º**

##### **Modificações ao orçamento e às GOP's**

1. A Câmara Municipal, ou o Presidente da Câmara com competência delegada, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, modificativas e permutativas, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das disposições legais em vigor.

2. As dotações inscritas no Orçamento, comparticipadas por Fundos Comunitários, ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida do próprio Município.

3. As dotações inscritas no orçamento afetadas a retenções por parte da Administração Central, para cumprimento legal não poderão ser utilizadas como contrapartidas de reforços de outros agrupamentos.

4 – Nas modificações ao orçamento que venham a ocorrer fica impedida a diminuição das rubricas de despesas com pessoal para reforço de outras rubricas, salvo se estas estiveram devidamente comprometidas em montante suficiente para todo o exercício.

## **Artigo 5.º**

### **Registo contabilístico**

1.As faturas ou documentos equivalentes devem ser encaminhados para o setor de contabilidade que procede ao seu registo em conferência, sendo posteriormente reencaminhada para conferência, no prazo de 5 dias úteis, pelo serviço competente.

2.As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser encaminhadas para o setor da contabilidade, no prazo máximo de 2 dias úteis e com a respetiva confirmação do documento.

3.Nas despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza cujo valor, isolada ou conjuntamente, não exceda o montante de 10.000€, por mês, a assunção do compromisso é efetuada até ao 5º dia útil após a realização da despesa.

4.Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à Divisão Administrativa e Financeira em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

5.Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela Divisão Administrativa e Financeira.



## **Artigo 6.º**

### **Gestão de bens móveis e imóveis da Autarquia**

1.A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Mora.

2.As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos, e com base nas orientações do órgão executivo, ou do Presidente, em função da respetiva competência, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

## **Artigo 7.º**

### **Gestão de Stocks**

1.O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços, devendo os serviços providenciar para a redução adequada dos valores existentes em excesso e para uma correta análise dos stocks sem rotação.

2.A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.

3.Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, associados aos respetivos centros de custo.

4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito de Gestão de Stocks, constam da Norma de Sistema de Controlo Interno.

### **Artigo 8.º**

#### **Contabilidade de Gestão**

1. A execução orçamental é desenvolvida em paralelo com os necessários procedimentos para o reconhecimento na contabilidade de gestão de forma a:

- a) Permitir o apuramento de custos indiretos da mesma;
- b) Analisar a execução orçamental na ótica económica e com isso determinar os custos subjacentes à fixação de taxas, tarifas e preços de bens e serviços;
- c) Obter a demonstração de resultados por funções e por atividades.

## **Capítulo II**

### **Receita**

### **Artigo 9.º**

#### **Arrecadação de receitas**

1. Nenhuma receita poderá ser arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.

2. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

3. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica ao Presidente da Câmara.
4. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro transitam para o ano seguinte nas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar e mantidas em conta corrente.
5. Face aos valores inscritos nas contas devedoras relativos a diversas receitas que após a sua liquidação não foram objeto de cobrança, deverão os respetivos serviços adotar diligências especiais para garantir a maior cobrança possível dessas receitas.
6. Findo o procedimento e esgotadas as diligências para a sua efetiva cobrança, caso a dívida permaneça devem os serviços elaborar relatório específico recomendando, caso a situação assim o justifique, o reconhecimento de imparidade.
7. Com a entrada em vigor do SNC-AP, caso existam, as liquidações com cobranças em exercícios seguintes deverão ser especializadas em conformidade com o determinado no novo normativo legal.

## **Artigo 10.º**

### **Anulação e restituições de receitas**

1. As anulações de dívida por motivo de duplicação ou lapso no cálculo do valor a cobrar, devem ser efetuadas mediante informação fundamentada e justificada da unidade que solicita a anulação, autorizada superiormente pelo respetivo membro do órgão executivo.
2. As anulações de dívida por decisão camarária, devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada, quanto ao motivo da anulação da liquidação da dívida e com a devida autorização do Presidente da Câmara.
3. As restituições de receita devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada da respetiva unidade/serviço, e autorizada superiormente pelo Presidente da Câmara, sendo que:

a) Restituições são efetuadas através de processo da receita com emissão de reposição abatida à receita, com reflexos no controlo orçamental da receita, podendo esta vir a apresentar valor negativo caso a restituição se reporte a períodos anteriores e o seu montante seja superior ao valor cobrado no exercício.

### **Capítulo III**

#### **Despesa**

#### **Artigo 11.º**

##### **Princípios gerais para a realização da despesa**

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras orçamentais e concursais definidas na respetiva legislação em vigor.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
  - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
  - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
  - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial;
  - d) Existam fundos disponíveis, ou caso esse requisito não seja aplicável se garanta que o respetivo compromisso não irá conduzir o município a uma situação de existência de pagamentos em atraso.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de obrigação para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registadas para o ano civil, como compromissos permanentes, e nunca por um período inferior a 6 meses.

4.As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

5.Sempre que a Câmara Municipal seja chamada a pronunciar-se sobre a autorização para uma despesa a informação do serviço deve vir acompanhada do cabimento prévio, bem como da informação sobre a capacidade temporal para que esse compromisso seja satisfeito dentro dos prazos.

6.No caso de despesas que devam ocorrer em mais do que um exercício económico a informação dos serviços deve fundamentar e especializar a repartição de encargos, bem como demonstrar que a mesma se encontra devidamente autorizada.

7.As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

## **Artigo 12.º**

### **Gestão de Contratos**

1.Compete a cada um dos serviços requisitantes a gestão dos contratos em vigor.

2.Para cumprimento do disposto no número anterior, cada orgânica deve:

a)Nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;

b)Visar no prazo máximo de 5 dias as faturas emitidas, ou proceder à sua devolução em caso de não conformidade.

3.As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser de imediato analisadas e assegurada a tramitação adequada.

### **Artigo 13.º**

#### **Conferência e registo da despesa**

A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

### **Artigo 14.º**

#### **Controlo de contas correntes**

##### **Processamento de faturas**

1.As faturas justificativas da despesa realizada, devem ser emitidas no prazo máximo de 5 dias após a respetiva prestação e enviadas para o Município no prazo máximo de 8 dias úteis da prestação.

2.As faturas a liquidar, as guias de remessa ou de transporte deverão ser visadas, pelo serviço responsável pela gestão do respetivo processo de contratação.

3.Os serviços de contabilidade devem solicitar periodicamente, com intervalos nunca superiores a 180 dias aos fornecedores e outros credores extratos de conta corrente para procederem à circularização das respetivas contas correntes.

## **Artigo 15.º**

### **Processamento de remunerações**

- 1.As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pelo serviço de Contabilidade com informação disponibilizada pelo serviço de Recursos Humanos, de acordo.
- 2.Deverão acompanhar as folhas de remunerações, a remeter ao serviço de Contabilidade, as relações dos descontos e retenções a que haja lugar
- 3.As respetivas folhas de remunerações devem dar entrada no serviço de Contabilidade até ao dia 15 de cada mês ou no dia útil imediatamente a seguir..
- 4.Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

## **Artigo 16.º**

### **Cauções**

- 1.Os serviços que rececionem cauções ou garantias, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original, ao serviço de Contabilidade, que procederá ao seu registo.
- 2.Cabe ao serviço de Contabilidade registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções e garantias.
- 3.As garantias ficarão à guarda do serviço de Contabilidade e depositadas no cofre do município.
- 4.Para efeitos de libertação de cauções/garantias os serviços responsáveis devem enviar a informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções/garantias existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.



## **Artigo 17.º**

### **Fundo de maneiio**

1.O montante máximo de fundo maneiio a atribuir, durante o ano, será definido em reunião de Câmara, com identificação do respetivo responsável e desagregado por rubrica económica.

2.Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneiio são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter carácter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação adequada.

3.A competência para o pagamento de despesas por conta do fundo de maneiio é dos responsáveis pelo mesmo, os quais podem depositá-lo em conta bancária própria.

4.O fundo de maneiio será saldado até ao último dia útil do mês de dezembro, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

5.Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.

6.Tratando-se de despesas com alimentação ou deslocação, devem os titulares do fundo de maneiio identificar, no documento, os participantes, bem como o evento ou o motivo justificativo da despesa, bem como informar os recursos humanos no caso do mesmo implicar perda de subsídio de refeição.

## **Artigo 18.º**

### **Assunção de compromissos plurianuais**

1.Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de

compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público – privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do artigo 12º do Decreto Lei 127/2012, de 21 de junho, ficam autorizado os compromissos plurianuais que :

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados e nos quais a AM deliberou na generalidade a referida autorização dos respetivos valores e prazos definidos nos documentos previsionais que aprovou;

b) A autorização inscrita na alínea anterior abrange a reprogramação dos respetivos compromissos plurianuais, desde que a respetiva reprogramação não implique o aumento global da despesa.

c) Os seus encargos não excedam, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, o limite previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei-Lei 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, cujo valor é no presente de 500.000 €.

d) Dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, podem ser efectuadas adjudicações de bens ou serviços ou celebrados contratos de arrendamento cujos efeitos se iniciem no começo do ano económico imediato, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

i) Constituir o fim da adjudicação ou da celebração do contrato despesa certa e indispensável;

ii) Os encargos contraídos não excederem a importância de dois duodécimos da verba consignada a despesas da mesma natureza no orçamento do ano em que se fizer a adjudicação ou se celebrar o contrato;

iii) Seja devidamente declarado que no projeto de orçamento aplicável foi inscrita a verba adequada para suportar a despesa.

2.Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

### **Artigo 19.º**

#### **Autorizações assumidas**

1.Consideram-se automaticamente autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos no LCPA e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a)Vencimentos e salários;
- b)Subsídio familiar – crianças e jovens, e outras prestações complementares;
- c)Gratificações, pensões de aposentações e outras;
- d)Encargos com a ADSE e outros serviços sociais;
- e) Encargos de empréstimos (amortizações e juros);
- f)Rendas;
- g)Emolumentos do Tribunal de Contas;
- h)Encargos de cobrança, anulações, reembolsos e restituições, deduzidos às importâncias a receber do Estado, outros encargos de instituições bancárias e demais entidades;
- i)Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao estado ou organismos seus dependentes;
- j) Água, energia elétrica, gás e combustíveis;
- k)Comunicações;
- l)Prémios de seguros;
- m)Senhas de presença a reuniões dos membros dos Órgãos do Município;
- n)As que resultem das deliberações da Comunidade Intermunicipal tomadas ao abrigo do artigo 105º da Lei 75/2013, de 11 de setembro;
- o)Quaisquer outros encargos que resultem de encargos de contratos legalmente celebrados ou fixados em lei específica.

2.Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por operações de tesouraria.

3.A autorização do pagamento das despesas previstas no n.º 1 está condicionada, quando aplicável, à prévia assunção de compromissos de fundos disponíveis.

## **Artigo 19.º**

### **Reposições ao Município**

1.As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:

- a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
- b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.

2.A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, devidamente informados pela Divisão Administrativa e Financeira, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico àquele em que o despacho for proferido.

3.Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 20% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

4.Não poderá ser autorizada a reposição em prestações quando os interessados tiverem conhecimento, no momento em que receberam as quantias em causa, de que esse recebimento era indevido.

## **Artigo 20.º**

### **Empréstimos**

1.0 Município pode contrair empréstimo de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, nos termos previstos no artigo 50.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, desde que autorizado pela Assembleia Municipal, devendo ser amortizado até ao final do exercício económico.

2. Durante o decorrer do ano económico, a Câmara Municipal poderá solicitar, em documento próprio e devidamente fundamentado, nos termos da Lei, a autorização à Assembleia Municipal, para contratação de empréstimo(s) de médio e longo prazo.

## **Capítulo IV**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 21.º**

#### **Dúvidas sobre a execução do orçamento**

As dúvidas que se suscitarem na aplicação ou interpretação destas normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, e nos termos da legislação aplicável.

#### **Artigo 22.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente normativo vigora com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026.

Município de Mora, 17 de dezembro de, 2025

O Presidente da Câmara

---